



## Grupo de Diálogo 1: Educação Profissional e Tecnológica, Comunidades e Extensão Popular

# Espaços não formais de educação como estratégias de resistência: os casos de um polo de educação ambiental e de um sítio agroecológico no município de Alegre - ES

Aramis Cortes, Professor IFES *Campus* de Alegre, [aramiscortes@gmail.com](mailto:aramiscortes@gmail.com);

Geisa C. Louback, Mestrado em Agroecologia IFES de Alegre, [geisa.louback1980@gmail.com](mailto:geisa.louback1980@gmail.com);

Layane de O. Ferreira, Licenciatura em Biologia IFES de Alegre, [layaneferreira55@gmail.com](mailto:layaneferreira55@gmail.com);

Letícia F. Dias, Técnico em Agropecuária IFES de Alegre, [leticia.ferreira1125@gmail.com](mailto:leticia.ferreira1125@gmail.com)

**Palavras-chave:** Educação Profissional e Tecnológica, Comunidades, Extensão Popular.

## INTRODUÇÃO

O debate ambiental encontra-se ainda mais relevante no momento atual por conta de uma pandemia nunca antes vista na história recente, com projeções geográficas amplas e incertas. A percepção de uma sociedade interligada à natureza, que faz parte intrinsecamente, contém e é contida, poderá contribuir, ao menos, para um olhar outro sobre a questão ambiental. Tal fato servirá de base para refletirmos criticamente acerca da relação sociedade versus natureza implantada com a conformação do cientificismo colonial europeu antropocêntrico, subjugando a natureza a um papel secundário e, com isso, estabelecendo uma suposta superioridade em relação ao meio ambiente.

No ano de 2019, iniciamos um trabalho, ou melhor, um projeto de pesquisa, extensão e de vida, com inspiração na Educação Ambiental Crítica (GUIMARÃES, 2013) a fim de estabelecer um ponto de inflexão para os alunos e as alunas do IFES *Campus* de Alegre<sup>1</sup>. As metas são desenvolver, apoiar e sistematizar ações de educação ambiental formal e não formal para a reflexão e ação sobre a importância do meio ambiente para a existência humana, pois a perspectiva crítica contesta o modelo de (des)envolvimento vigente neste modo de produção capitalista.

Nessa direção, ao longo dos dois últimos anos vimos trabalhando com a realização de trabalhos de campo e extensão com as turmas do ensino médio técnico e da licenciatura em Ciências Biológicas a um sítio agroecológico e ao Polo de Educação Ambiental da Mata Atlântica

<sup>1</sup>Estudantes dos cursos técnicos em Agropecuária, Agroindústria e Informática, juntamente com os da licenciatura em Ciências Biológicas do Instituto Federal do Espírito Santos *Campus* de Alegre (IFES *Campus* de Alegre), localizado na região sul do estado do Espírito Santo, microrregião do Caparaó Capixaba.



(PEAMA-lfes<sup>1</sup>), localizados no município de Alegre - ES, lançando-nos a práticas e técnicas que permitem uma ecologia de saberes, como Sousa Santos nos ensina (2010).

Sendo assim, objetivamos com este relato de experiência apresentar o trabalho realizado em dois espaços não formais de educação (JACOBUCCI, 2008): um polo de educação ambiental e um sítio agroecológico. Estes dois espaços são por nós utilizados como lócus que permitem alinhar a dialogicidade construída em sala de aula com a prática potencializadora destes dois lugares, estimulando o pensamento crítico e o entendimento de que o desafio ambiental (PORTO-GONÇALVES, 2004; 2015) deve estar atrelado aos “limites para a dominação da natureza”.

## DESENVOLVIMENTO

### SÍTIO AGROECOLÓGICO

A inserção do tema agroecologia na disciplina ministrada na licenciatura em Ciências Biológicas deve-se ao fato do enorme potencial de transformação econômica e socioambiental nos territórios praticantes deste modelo científico e social. Ratificamos aos alunos e alunas o enfoque diversificado e integrado ao meio ambiente que a prática agroecológica traz em seu cerne, condição indispensável para pensarmos “processos de desenvolvimento rural sustentável” (CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p. 08), ou seja, um “agroecossistema”.

Em uma visão escalar, propomos aos alunos e alunas que a agroecologia deve ser trabalhada como forma de valorização do lugar, como Santos (2004) nos ensina, cuja produção tenha a circulação garantida para a apropriação da comunidade local em contraposição aos produtos mais distantes, quebrando a lógica de uma cadeia longa e exigente cada vez mais do consumo de recursos não renováveis, ou seja, uma “mudança nas atitudes e valores dos atores sociais em relação ao manejo e conservação dos recursos naturais” (CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p. 12). Nesse sentido,

[...] a Agroecologia corresponde a um campo de estudos que pretende o manejo ecológico dos recursos naturais, para – através de uma ação social coletiva de caráter participativo, de um enfoque holístico e de uma estratégia sistêmica – reconduzir o curso alterado da coevolução social e ecológica, mediante um controle das forças produtivas que estanque, seletivamente, as formas degradantes e espoliadoras da natureza e da sociedade. Em tal

<sup>1</sup> Polo de Educação Ambiental da Mata Atlântica, que faz parte do IFES *Campus* de Alegre, possuindo uma área de aproximadamente 76 hectares, a reserva legal do *campus*.



estratégia, dizem os autores, joga um papel central a dimensão local, por ser portadora de um potencial endógeno, rico em recursos, conhecimentos e saberes que facilita a implementação de estilos de agricultura potencializadores da biodiversidade ecológica e da diversidade sociocultural (CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p. 13 *apud* SEVILLA GUZMÁN; GONZÁLEZ DE MOLINA, 1996).

Para a construção do trabalho propusemos a seguinte metodologia: visita guiada à propriedade agroecológica a fim de apreendermos a história de construção daquele local, as etapas de evolução pelas quais o sítio já passou – desde o pasto existente há quase quatro décadas até o atual estágio de recuperação da vegetação e recursos hídricos – até o trabalho educativo produzido pelo proprietário a partir de palestras, ilustrações, artesanato, desenhos em telas, fantoches etc.

Selecionamos as turmas da disciplina Biogeografia, com os alunos e alunas da licenciatura, trabalhando o tema agroecologia e meio ambiente com estes(as) estudantes, além dos sistemas agrofloretais, reflorestamento, relações ecológicas, bacias hidrográficas, técnicas milenares de produção de alimentos, como a rizicultura, confecção de terraços para a produção agrícola, além da realização de uma visita pedagógica em trilhas que perpassam todos os espaços da produção da propriedade.

Inicialmente, este trabalho almejava “apenas” uma tomada de consciência em relação à agroecologia e a sua importância para a biodiversidade e para os ecossistemas. No entanto, com o retorno à sala de aula e as defesas dos relatórios e seminários sobre o tema, viu-se que houve, efetivamente, uma reflexão profunda sobre as discussões em campo, tornando clara a importância desta prática em um espaço não formal de ensino.

A imersão dos alunos neste espaço não formal foi total, e os “inéditos possíveis e viáveis” com esta proposta ultrapassaram a perspectiva inicial de realizar esta extensão no sítio agroecológico, revelando a necessidade de desvelar os conflitos e mitos existentes ao redor da agroecologia em favor do modelo da Revolução Verde. A figura 1 retrata como foi a interação e apreensão do trabalho na propriedade.

### *POLO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA MATA ATLÂNTICA (PEAMA-IFES)*

Já para reflexões aprofundadas sobre o tema meio ambiente e pensamento crítico relativo à educação ambiental, a práxis deve ser a vertente fundamental propiciadora de uma mudança possível e necessária sobre a relação entre a sociedade e a natureza. Apesar de ser um tema



obrigatório em todos os níveis e modalidades do processo educativo do país, com a promulgação da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), a ser trabalhada de maneira transversal e interdisciplinar em todas as disciplinas, o que de fato observa-se é que esta não é a tônica na maioria dos espaços educativos formais.

**Figura 1:** Trabalho de campo com a Licenciatura em Ciências Biológicas em sítio agroecológico



**Fonte:** Acervo pessoal dos autores, 2019.

Para estes trabalhos de campo em educação ambiental, aproveitamo-nos de toda a estrutura do IFES *Campus* de Alegre, por ter aproximadamente 350 hectares, contando com uma área de reserva legal onde foi sendo, ao longo do tempo, constituído um Polo de Educação Ambiental, onde existe um importante programa de extensão que recebe toda a comunidade – escolar e não escolar – para trabalhos visando construir uma educação ambiental transformadora.

Com isso, e conforme Porto-Gonçalves (2015, p. 62), necessitamos de uma educação ambiental de caráter revolucionário, desmistificador do consumo a qualquer preço e a busca



incessante por bens materiais vazios, com taxonimias sociais diante do ter um bem, marginalizando o ser social não inserido nessa pressão consumista. Tal fato atrela o avanço econômico, erroneamente, a noção de desenvolvimento, o “preço que se paga pelo progresso” (Idem, p. 63), não tratando criticamente do “que” e “para quem” seriam esse “desenvolvimento”. Como assevera o autor:

*Desenvolvimento é o nome-síntese da ideia de dominação da natureza. Afinal, ser desenvolvido é ser urbano, é ser industrializado, enfim, é ser tudo aquilo que nos afaste da natureza e que nos coloque diante de constructos humanos, como a cidade, como a indústria. Assim, [...] por fazerem crítica a essa ideia-chave de desenvolvimento, os ambientalistas, com frequência, se veem acusados de querer voltar ao passado, ao estado de natureza, enfim, de serem contra o progresso e o desenvolvimento (PORTO-GONÇALVES, 2015, p. 62, grifo do autor)*

Como Loureiro (2003) alerta, a educação ambiental pode ter uma premissa conservadora, aquela alinhada às transformações pontuais, superficiais, no máximo reproduzindo o modelo vigente; e, de maneira oposta e enfrentadora, aquela chamada de revolucionária e transformadora, “em que o sentido de revolucionar se concretiza como sendo a transformação integral do ser e das condições materiais e objetivas de existência” (LOUREIRO, 2003, p. 39).

Por isso, partimos das palavras de Loureiro (2003) para construir nosso relato de experiência para a parte da educação ambiental e mostrar o trabalho com as(os) estudantes no espaço não formal proposto (PEAMA-Ifes):

*O cenário no qual nos movemos, de coisificação de tudo e de todos, de banalização da vida, de individualismo exacerbado e de dicotomização na compreensão do humano como natureza é, em tese, antagônico a projetos ambientalistas que visam a justiça social, o equilíbrio ecossistêmico e a indissociabilidade entre humanidade-natureza (LOUREIRO, 2003, p. 40).*

Para a construção do trabalho, selecionamos três turmas do primeiro ano do ensino médio dos cursos técnicos do Ifes Campus de Alegre para visita ao PEAMA-Ifes, pois este apresenta proximidade de caminharmos até a sua sede em aproximadamente quinze minutos. Porém, não realizamos apenas uma visita para um “passeio” de campo, mas para um trabalho extensionista usufruindo das trilhas interpretativas e lúdicas, da observação das lagoas internas ao polo, da bioconstrução, das áreas de regeneração, na fauna que por vezes aparece, enfim, trabalhamos com os estudantes a importância da vegetação no abastecimento da água, dos recursos hídricos, das atividades atmosféricas, da redução dos processos erosivos, da biodiversidade, da produção alimentar e dos saberes existentes com os povos tradicionais e originários e, como prática, um



mutirão de plantio para reflorestamento de uma área degradada. A figura 2 corrobora o quão importante é esta ação.

**Figura 2:** Trabalho de campo com alunas(os) do ensino médio técnico no PEAMA-IFES.



Fonte: Acervo pessoal dos autores, 2019.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, estes espaços, que são distintos da sala de aula, permitem a diversificação da aprendizagem e a observação crítica dos conceitos estudados teoricamente no espaço formal da escola. Muitos das(os) estudantes nunca havia saído da instituição (atual e anteriores) para atividades não formais, ou não conheciam nem nunca debateram as questões colocadas, apenas atitudes individuais como responsáveis pela mitigação das “emergências ambientais” contemporâneas.



Por fim, dialogando com Sánchez e Stortti (2018, p. 15), uma educação ambiental crítica deve ser aquela que carrega em seu cerne as experimentações para outros possíveis, gerando as transformações sociais, políticas, culturais e econômicas imprescindíveis. Por isso, buscamos espaços não formais para revelar a necessária urgência sobre as transformações ambientais, propondo “uma educação ambiental outra, que se pretende mais solidária, fraterna e plural”.

## REFERÊNCIAS

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia**: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

GUIMARÃES, Mauro. Por uma educação ambiental crítica na sociedade atual. **Revista Margens Interdisciplinar**, v. 7, n. 9. p. 11-22, 2013.

JACOBUCCI, DANIELA Franco Carvalho. Contribuições dos espaços não-formais de educação para a formação da cultura científica. **Em Extensão**, Uberlândia, V. 7, 2008.

LOUREIRO, Carlos F. B. Premissas teóricas para uma educação ambiental transformadora. **Ambiente e Educação**, Rio Grande, n. 8. p. 37-54, 2003.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

SÁNCHEZ, Celso; STORTTI, Marcelo Aranda. Prefácio dos autores. In: KASSIADOU, Anne (*et al*). **Educação Ambiental desde El Sur**. Macaé: Editora NUPEM, 2018.

8. SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SOUSA SANTOS, B.; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 31-83.